

ARTIGO

“Sua esmola também mata.”: uma análise discursiva das reações a campanhas contra esmolas no Instagram

“Your handout also kills.”: a discursive analysis of reactions to campaigns against handouts on Instagram

Mônica Santos de Souza Melo¹

Resumo

Este estudo se propõe a refletir a respeito da repercussão de campanhas contrárias à doação de esmolas a pessoas em situação de rua, que vêm se tornando frequentes em algumas cidades brasileiras. Nosso objetivo é identificar quais as principais teses defendidas pelos segmentos responsáveis por essas campanhas e pelas pessoas que as apoiam. Para isso, vamos tomar como corpus alguns cartazes que foram publicados no Instagram do Padre Júlio Lancellotti e os comentários de internautas a favor das campanhas, publicados no mesmo Instagram. Para a descrição e análise dos dados recorreremos aos pressupostos da Teoria Semiociológica do Discurso, o que nos permitiu, a partir da descrição dos principais procedimentos associados aos modos de organização enunciativa, descritiva, narrativa e argumentativa, propostos por Charaudeau (2008)¹, identificar os imaginários representados nos discursos em questão. A partir das análises, constatamos que os discursos contrários às esmolas se fundamentam em valores de ordem ética e pragmática pautados na tese de que as doações são diretamente responsáveis pela manutenção das pessoas na rua e por todos os prejuízos que isso pode causar.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua; aporofobia; esmolas.

Abstract

This paper proposes to reflect on campaigns against the donation of alms to homeless people, which have become frequent in some Brazilian cities. Our objective is to identify the main theses defended by the segments responsible for these campaigns and by the people who support them. For this, we will take as corpus some posters that were published on Júlio Lancellotti's Instagram, and the comments of internet users in favor of the campaigns, published on the same Instagram. For the description and analysis of the data, we used the assumptions of the Semiociological Theory of Discourse, which allowed us, from the description of the main procedures associated with the modes of enunciative, descriptive, narrative and argumentative organization, proposed by Charaudeau (2008)¹, to identify the imaginaries represented in the discourses in question. From our analysis, we found that the discourses against alms are based on ethical and pragmatic values based on the thesis that donations are directly responsible for keeping people on the street and for all the damage that this can cause.

Keywords: homeless people; aporophobia; alms.

Introdução

Quem tem fome, tem pressa. (Betinho)

Temos acompanhado na história recente do Brasil manifestações de intolerância contra diferentes grupos, especialmente os mais vulneráveis: imigrantes, negros, mulheres, pessoas ligadas a denominações

religiosas de origem africana, entre outros¹¹. Dentre os afetados, uma característica parece recorrente: em geral são pessoas pobres. A manifestação de repulsa às pessoas menos favorecidas, seja por meio de ações, comportamentos ou palavras se acentuaram com a polarização política no País, cujo ápice coincide com o recente processo eleitoral.

Ao longo da campanha eleitoral para a presidência da República, os dois candidatos que angariaram a maior parte dos votos da população e que, por isso

¹ Doutora em Estudos Linguísticos com Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos pela UFMG (2012). Professora Titular de Linguística no Departamento de Letras e Programa de Pós-Graduação em Letras da UFV. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

¹¹ Agradecemos ao CNPq pelo apoio a esta pesquisa.



mesmo, foram para o segundo turno (Lula e Bolsonaro), se identificaram fortemente com classes sociais antagônicas: a classe mais empobrecida, com renda inferior a dois salários mínimos, e a classe mais abastada, incluindo empresários da indústria, do comércio e do agronegócio.

O embate entre os dois candidatos se acirrou após o primeiro turno das eleições, culminando em manifestações de intolerância, sobretudo da parte dos eleitores de Bolsonaro, direcionadas aos pobres. Para exemplificar a que nível as agressões chegaram, transcrevemos a seguir uma dessas publicações, postadas no Instagram no dia seguinte ao resultado do primeiro turno:

Depois do resultado do Primeiro turno das eleições, espero que todos eleitores do Bolsonaro assim como eu sou, quando encontrar alguém passando fome ou pedindo algum alimento, não ajude, passe com o carro por cima da cabeça, pro País não ter mais despesas com esses vermes!!!

Transcrição de postagem feita no perfil do Instagram Pe. Júlio^{III}

No presente estudo, procuramos refletir a respeito de publicações de intolerância direcionadas a um grupo mais específico: as pessoas em situação de rua. Interessamos, especificamente, as reações discursivas a um fenômeno que repercutiu nos últimos anos: o combate a doações e esmolas para pessoas em situação de rua, comportamento que se intensificou a partir de 2019. Apesar de a doação ao pobre ser uma ação recomendada inclusive pelos preceitos bíblicos, o combate à doação de esmolas se institucionalizou em várias cidades, por meio de campanhas promovidas

^{III} Essa postagem foi excluída. Portanto, não está mais disponível.

pelas próprias prefeituras, inclusive em cidades cujas administrações se assumem publicamente cristãs.

Neste trabalho, procuraremos analisar, sob a perspectiva dos Estudos Discursivos, um conjunto de reações discursivas a essas campanhas, a fim de descrever como elas se caracterizam e avaliar a forma como podem repercutir junto à população. Interessamos, mais especificamente, analisar o comportamento discursivo daquelas pessoas que concordam com tais ações, por meio da descrição e análise da composição de suas falas. Como corpus, adotamos parte do material que foi publicado em torno do tema pelo Padre Júlio Lancelotti no seu Instagram. Como se sabe, o padre Júlio é uma figura bastante conhecida por fazer um trabalho de assistência e resgate de cidadãos em situação de rua na cidade de São Paulo. Por meio das suas redes sociais, denuncia, frequentemente, atitudes de hostilidade contra essa população, não só na capital paulista, mas em todo o País. Apresentamos abaixo, a título de exemplificação, a transcrição de uma dessas postagens, que é um cartaz publicado pela prefeitura da cidade de Jaú:

**AJUDE NÃO AJUDANDO
SUA BOA INTENÇÃO PODE ESTAR CONTRIBUINDO
COM A CRIMINALIDADE
Você sabe para onde está indo o dinheiro doado nos semáforos?
NÃO DÊ ESMOLAS
E AJUDE JAÚ!**

Transcrição de cartaz publicado no perfil do Instagram Padre Júlio²

Para nosso estudo, selecionamos, a partir de 46 postagens de fotos de campanhas anti-esmolas, 66 comentários convergentes com o teor das campanhas, ou seja, comentários se posicionando contrariamente às doações. Esse número representa uma amostra de um inventário maior, do qual excluímos postagens com conteúdo ou formulações semelhantes ou muito próximas. Faremos a descrição e análise procurando identificar as estratégias discursivas empregadas

e os imaginários sociodiscursivos propostos em tais publicações, para compreender os fundamentos que embasariam o apoio a esse tipo de campanha. A hipótese que embasa nossa investigação é de que tanto essas campanhas contra doações quanto os comentários convergentes publicados nas redes sociais se inserem no contexto de aporofobia, crescente que resume não só sentimentos, mas também atitudes de aversão aos pobres, que se materializam por tentativas de eliminar não a pobreza, mas o pobre. Nossa descrição e análise se pautarão nos pressupostos da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau (2008)¹.

Nosso artigo vai se estruturar da seguinte forma: apresentaremos, primeiramente, algumas reflexões a respeito do conceito de aporofobia no contexto de empobrecimento da população brasileira. Em seguida, abordaremos também a doação de esmolas, tanto do ponto de vista da doutrina social da igreja quanto do ponto de vista social. Resumiremos os pressupostos teóricos que pautarão nossa análise para, finalmente, apresentar nossas análises e conclusões.

Pobreza, aporofobia e esmolas: o contexto de empobrecimento no Brasil e atitudes de aporofobia

O empobrecimento da população brasileira

O levantamento feito pela FGV Social a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),³ evidencia o cenário da pobreza do Brasil, desde 2012 até 2021. Em 2012, havia 54 milhões pobres no Brasil esse número caiu para 47,6 milhões em 2014, mas, a partir de 2018, esse número iniciou uma escalada crescente, chegando, em 2021, a 62,9 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Paralelamente a esse empobrecimento da população, houve um aumento no número de pessoas em situação de rua. Conforme dados da nota técnica produzida por Natalino⁴ (p.10) que foi divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o

aumento de pessoas vivendo nas ruas de setembro de 2012 a março de 2020 foi de 139%. A partir dessa pesquisa, depreende-se também um perfil aproximado dessa população, segundo o qual:

[...] a população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.⁴

Em 2008, o Governo Federal estabeleceu, por meio do documento intitulado “Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua”⁵, diretrizes para a implementação de políticas públicas direcionadas para esse grupo. Tal documento propõe uma série de ações, que vão desde a democratização do acesso a espaços públicos, com a observância das especificidades dos recursos locais oferecidos, até campanhas de ampliação das ações educativas visando à superação do preconceito, e a capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade do atendimento desta população. Essas ações estariam pautadas numa articulação dos planos federal, estadual e municipal, junto à sociedade civil. Porém, o que se observa, especialmente nos últimos anos, são políticas de cunho higienista que, aparentemente, não priorizam o bem-estar ou recuperação das pessoas em situação de rua.

Tratando do processo de higienização que é promovido periodicamente na região conhecida como “Cracolândia paulista”, Nielson e Wermuthz⁶ (2018) reconhecem que ações direcionadas à população concentrada nessa área se limitam a tentativas de “limpar” regiões centrais da cidade, com potencial de grande valorização imobiliária, mas, em geral, sem um planejamento mais estratégico visando resgatar



a dignidade dessas pessoas. Segundo Nielson e Wermuthz⁶ (p. 615):

[...] a estética das grandes cidades brasileiras demonstra que enquanto os bairros centrais são valorizados e se transformam em objeto de investimentos urbanísticos, as áreas marginais são caracterizadas pela crescente degradação, transformando-se em áreas de “risco” responsáveis por gerar um crescente e difuso sentimento de medo. A ampliação do número de integrantes das “classes perigosas” em decorrência da pauperização e do enxugamento do Estado de bem-estar – se é que é possível falar, no Brasil, em enxugamento de um modelo de Estado que nunca existiu –, e a sua acumulação em “áreas de risco”, transforma-as em um “gigantesco Zumbi” – na expressão de Batista (2003) – que assombra a “civilização”, legitimando a engenharia de um controle cada vez mais violento e autoritário em relação àqueles que, historicamente, apresentam-se ao Estado brasileiro na condição de meras “vidas nuas.”⁶

Como apontam os autores:

“As políticas de revitalização urbanas pautadas pelas ideologias higienistas no início do século XIX também tem (sic) sido reprimidas na forma como são conduzidas determinadas, ‘retomadas’ de espaços públicos ocupados pela população carente e pelos viciados em drogas.” (Nielson e Wermuthz)⁶ (p. 609-10).

Para os autores, essas ações decorrem de uma equiparação dessas “classes subalternizadas” a “classes perigosas”, num processo de marginalização indiscriminada das pessoas que frequentam ou habitam essa região. É esse o tipo de comportamento que identificamos nos dados que analisamos, conforme veremos em seguida.

Aporofobia

Consideramos que procedimentos de segregação da população em situação de rua como o descrito acima são apenas algumas das manifestações da aversão ao pobre, identificada por Cortina⁷ sob o termo “aporofobia”. Essa autora se dedica a estudar as atitudes de aversão aos pobres que ocorrem na atualidade, partindo de uma definição desse grupo heterogêneo que se abriga sob o rótulo de “pobres”. Para Cortina⁷ (p. 81), são identificados como pobres:

[...] os descapacitados psíquicos, os doentes mentais, os pobres de solenidade, os sem papéis, os “descartáveis”, os sem amigos bem situados. Em cada esfera social, aqueles que não podem devolver os bens que nela são trocados, que podem ser favores, empregos, cargos, dinheiro, votos, apoio para ganhar as eleições, honras e regalias que satisfazem a vaidade.”⁷

Sendo assim, a pobreza não se define apenas pela carência dos recursos materiais básicos que permitam a subsistência, mas também por uma certa concepção dessas pessoas como inúteis, desprovidas de influência, poder ou reconhecimento social. Seriam aquelas pessoas das quais não se poderia esperar qualquer tipo de retorno.

Essas pessoas, que já se encontram em situação de vulnerabilidade, ainda têm que conviver com comportamentos ou palavras discriminatórios ou depreciativas. Essas atitudes de aversão ao pobre correspondem ao conceito de aporofobia. Segundo Cortina⁷, a aporofobia pode ser classificada como um crime de ódio e, como tal, direciona-se a um indivíduo não por ele ter causado algum dano ao falante, mas por possuir algum traço que o identifica como pertencente a um determinado grupo e, por conseguinte, incita a sociedade ao desprezo a esse grupo, promovendo, em certos casos, ações violentas contra ele. Essas manifestações podem se dar por meio de ações e por meio do discurso de intolerância que constitui, conforme Melo⁸ (p. 1970), uma manifestação verbal que expressa uma rejeição

extrema a um indivíduo ou a grupos, especialmente os mais vulneráveis, em função quase sempre de sua identidade social, tendo potencial de promover, da parte de terceiros, atitudes de hostilidade e violência direcionadas a esses “alvos”. Esse tipo de discurso pode assumir o caráter de difamação, que atribui a um indivíduo ou grupo – mesmo sem evidências – atitudes que seriam prejudiciais à sociedade. Esse discurso supõe, ainda, uma desigualdade estrutural que colocaria o locutor em posição de superioridade em relação ao indivíduo ou grupo ao qual se direciona.

Aporofobia e as campanhas contrárias às esmolas

A reflexão em torno da pobreza e das pessoas em situação de rua nos remete à questão da doação de esmolas. Segundo Mello,⁹ a esmola é um meio de sobrevivência para aqueles que estão na linha da sobrevivência. Embora seja uma ação presente no cotidiano, a esmola carrega, como muitas ações corriqueiras, um componente sagrado. Primeiro, por manter semelhança com a prática do dízimo, tão incentivada nas igrejas cristãs. Segundo, por ser prática mencionada amplamente na Bíblia, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, que caracteriza o comportamento cristão.

Também segundo Beltrami¹⁰ (p.23): “A oração, o jejum e a esmola foram sempre consideradas as obras mais agradáveis a Deus e mais próprias para merecer a sua graça. Por isso é que a Sagrada Escritura as recomenda continuamente no Antigo e no Novo Testamento.” É o que se observa em várias passagens do texto bíblico, das quais destacamos:

*Dê esmolas daquilo que você possui, e não seja mesquinho. Se você vê um pobre, não desvie o rosto, e Deus não afastará de você o rosto dele. Que sua esmola seja proporcional aos bens que você possui: se você tem muito, dê muito; se você tem pouco, não tenha receio de dar conforme esse pouco.*¹¹

Além da Bíblia, alguns documentos cristãos, especialmente da Igreja Católica, orientam o fiel quanto

à possibilidade de ofertar esmolas. Um desses documentos é o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, publicação cujos fundamentos seriam o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade. Refere-se à realidade social, seja ligada às relações interpessoais, políticas ou econômicas entre indivíduos, grupos, povos ou nações. De acordo com o documento, o ato de doar se insere no princípio amplamente incentivado da caridade. Segundo o Compêndio¹² (p. 70):

*A caridade social e política não se esgota nas relações entre as pessoas, mas se desdobra na rede em que tais relações se inserem, que é precisamente a comunidade social e política, e sobre esta intervêm, mirando ao bem possível para a comunidade no seu conjunto. Sob tantos aspectos, o próximo a ser amado se apresenta «em sociedade», de sorte que amá-lo realmente, prover às suas necessidades ou à sua indigência pode significar algo de diferente do bem que se lhes pode querer no plano puramente inter-individual: amá-lo no plano social significa, de acordo com as situações, valer-se das mediações sociais para melhorar sua vida ou remover os fatores sociais que causam a sua indigência.*¹²

Nessa perspectiva, a caridade direcionada ao indigente pode se manifestar no plano individual, por meio de uma ajuda individualizada que atenda às suas necessidades mais urgentes, mas pode também se materializar no plano social, por meio de iniciativas que visem a criar condições para acabar com a miséria. Ainda na perspectiva cristã, Beltrami¹⁰ (p.23) identifica a esmola como um “banco infalível”.

As doações também podem ser interpretadas do ponto de vista discursivo e social. Bonatto et al. (p. 358) analisam o discurso de pessoas que dão esmolas e de pessoas que as recebem. Os autores identificam duas funções básicas atribuídas às esmolas: uma função pessoal, já que atendem a demandas do sujeito que as recebe e uma função social, porque



atendem a finalidades de dar apoio financeiro ou material às famílias, colaborando para a reinserção social dessas pessoas. Bonatto et al.¹³ (p. 358) apontam também que os depoimentos recolhidos sugerem: “a ausência de alternativas de vida, de educação, de elaboração do próprio tempo livre, apontando para o fato de que as instituições estatais deixam um vazio de ações e políticas de atendimento que possam suprir essas necessidades.”

Alguns pressupostos teóricos

Nossas análises focalizam comentários a respeito das publicações do Padre Júlio Lancellotti que denunciam atitudes de aporofobia, representadas por campanhas contra as esmolas em várias cidades do País. Para nossa análise, recorreremos à Teoria Semi-linguística do Discurso, de Patrick Charaudeau.

A Teoria Semi-linguística é uma abordagem que se insere no âmbito dos Estudos Discursivos e, como tal, considera que o significado dos enunciados só pode ser obtido quando se consideram suas condições de produção, que consistem na sua finalidade, propósito, identidade dos parceiros, além das condições materiais envolvidas no ato de comunicação. Sendo assim, o falante é visto não como um mero enunciatador, mas também como um sujeito psicossocial, que na sua fala reproduz ou reformula suas práticas sociais, assim como as crenças, valores e representações da comunidade à qual pertence. Como sujeito social, o falante deve obedecer a um conjunto de restrições de natureza situacional, discursiva e formal, que incluem condições básicas para que o ato de linguagem seja válido.

Porém, apesar dessas coerções, o falante tem a seu dispor um repertório de configurações linguístico-discursivas, que permite que ele adote diferentes estratégias, guiado por uma intencionalidade. Segundo Charaudeau¹, essas estratégias são fornecidas por princípios de organização da matéria discursiva, denominados “modos de organização do discurso” (enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo). Por meio dos diferentes usos que faz da linguagem, o falante projeta imaginários sociodiscursivos, a partir de valores

(ou domínios de avaliação) assimilados pelo locutor. Os domínios de avaliação representam conjuntos de parâmetros fundamentados num *consenso social*. O autor identifica cinco domínios: da verdade, do ético, do estético, do hedônico e do pragmático, por meio dos quais são construídas representações do real as quais Charaudeau¹⁴ (p. 578) identifica como imaginários, responsáveis não só pela criação de valores, mas também pela justificação das ações. Para o autor:

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva.¹⁴

A partir desses pressupostos vamos analisar os dados que são objetos da nossa pesquisa.

Imaginários em torno das esmolas e das pessoas em situação de rua

Como mencionamos, nosso objeto de análise são 66 comentários convergentes com postagens de campanhas anti-esmolas, publicadas no Instagram do Padre Júlio Lancellotti.

Os dados se inserem num esquema comunicativo complexo, já que congregam duas situações de comunicação. A situação original é a que ocorre entre os locutores que publicam os cartazes e o público a quem eles se destinam. Na instância de produção temos sujeitos comunicantes com características comuns: prefeituras, órgãos públicos ou estabelecimentos comerciais que são contrários à doação de esmolas. Tais mensagens têm como alvo os transeuntes e moradores das cidades em questão e adotam, preferencialmente,

um formato delocutivo, com enunciações impessoais, pautadas no domínio do ético, que condenam as doações frequentemente opondo a esmola a virtudes como dignidade, caridade, tais como em:

- ✓ Dar esmola não é caridade.
- ✓ Esmola não traz dignidade.

Também ocorrem enunciações alocutivas, de caráter injuntivo, com interdições simples e explícitas às doações, como em:

- ✓ Proibido dar dinheiro a pedintes.

Essas interdições são acompanhadas, não raro, de informações em tom de ameaça, alertando sobre os riscos que as doações poderiam causar para a cidade, para a população em geral e para a própria pessoa em situação de rua, como mostram os exemplos abaixo:

- ✓ Você que dá esmola em Copacabana! Você prejudica a todos no Bairro.
- ✓ Sua intenção é ajudar, mas o que se faz na verdade é incentivar essas pessoas a continuarem morando nas ruas da cidade.
- ✓ Sua esmola também mata.

A segunda situação de comunicação, que é o foco do nosso interesse, instaura-se por meio digital, a partir do momento em que Lancellotti publica esses cartazes como forma de denúncia em seu perfil do Instagram. Aqui, além de outro sujeito comunicante (o padre e colaboradores) instaura-se outro público-alvo: seus seguidores.

Cabe aqui abrir parênteses para comentarmos algumas características gerais do Instagram. Trata-se de uma das redes sociais mais populares usada para publicação de fotos, vídeos, textos e também para discussões sobre temas variados. É um espaço para estabelecimento de relações interpessoais, comerciais e institucionais. Além disso, o aplicativo possui uma ferramenta – a *hashtag* – que permite agrupar postagens relacionadas a um assunto, o que, segundo Piza¹⁴ (p. 12) “facilita a disseminação de um tópico, assim como organiza o acompanhamento do conteúdo e discussões feitas em relação ao tema colocado em pauta”. Nesse espaço, celebridades, cidadãos comuns e autoridades convivem de modo aparentemente democrático, uma vez que o aplicativo também permite que

o “seguidor” se manifeste por meio de “curtidas”, compartilhamentos ou comentários. Aplica-se ao Instagram uma característica essencial das redes sociais descrita por Recuero¹⁶ (p. 598), que é a possibilidade de articulação de uma lista de conexões, o que contribui para o surgimento de um novo espaço público de debate.

Como figura pública conhecida e sacerdote católico, o padre Júlio recorre a essa rede não para postagens de conteúdo pessoal, mas para defender posicionamentos alinhados à doutrina social cristã e aos princípios católicos. Pelo número de seguidores (mais de um milhão e duzentos mil), suas publicações têm grande repercussão e podem provocar mobilizações tanto contrárias quanto favoráveis a suas propostas.

Nas publicações em questão, o padre se mostra alinhado à visão expressa pela Bíblia e por documentos da Igreja Católica, que defendem a doação de esmolas aos pobres. Tendo em vista que a maior parte das pessoas que seguem o padre nas redes sociais sejam simpáticos a seus posicionamentos, é natural que prevaleça uma convergência com suas opiniões. No nosso caso, as mensagens convergentes se pautam em argumentos da ordem do pragmático (a urgência de se salvarem vidas) e do ético (necessidade de humanidade e solidariedade). Muitos também associam a postura dos que proíbem as esmolas à influência da extrema direita no País.

Interessa-nos, porém, analisar o conteúdo dos comentários contrários ao posicionamento de Lancellotti e, portanto, favoráveis àqueles que defendem a proibição de esmolas. Esses também se pautam em avaliações do domínio do ético e do pragmático, porém projetam os imaginários de que as pessoas em situação de rua são marginais que colocam em risco as outras pessoas e as atividades desenvolvidas na região, risco esse que seria fomentado pela doação de esmolas.

Quanto à organização discursiva dos comentários, identificam-se algumas características recorrentes. Com relação à organização enunciativa, são usados três tipos de modalidade: a alocutiva, a elocutiva e a delocutiva. Os comentários no formato alocutivo, se caracterizam, conforme Charaudeau¹, por enunciações em que o falante introduz o outro no seu discurso e estabelece com ele

uma posição que pode ser de inferioridade (demanda) ou de superioridade (ordem). Nos dados levantados é essa última posição que se manifesta: o internauta se coloca na posição de quem detém o saber e, por isso mesmo, se encontra autorizado a propor um comportamento, no caso, interdições em que conclamam a população para que não façam doações, como em:

- ✓ Ajudemos sim, mas não dando dinheiro em sinaleiro.^{IV}

Identifica-se também um conjunto de comentários na modalidade delocutiva, que se caracterizam por enunciações aparentemente desvinculadas do locutor e do interlocutor, dando a impressão de que o propósito “existe em si, e se impõe aos interlocutores em seu modo de dizer”, como afirma Charaudeau¹ (p. 100). É o que se observa em:

- ✓ Cidade que agora não se tem mais tranquilidade para sair na rua, e a noite só Deus sabe o que pode acontecer com você, sua casa ou seu estabelecimento.
- ✓ Quem dá dinheiro para o drogado está contribuindo diretamente com o crime.

Compõe os comentários uma construção descritiva acerca das doações de esmolas e da população em situação de rua. Na perspectiva discursiva, compreende-se que as nomeações e qualificações dadas aos seres e aos objetos não servem meramente para rotulá-los, mas também para expressar uma percepção do falante a respeito deles. Assim, nos dados há nomeações depreciativas para se referir às pessoas em situação de rua, tais como “moradora”, que sugere que sua condição de estar na rua é algo permanente, ou expressões como drogado, havendo uma generalização que pressupõe que essas pessoas são usuárias de drogas:

- ✓ Certíssimo. Dinheiro na mão de uma **pessoa viciada** vira droga.
- ✓ Aqui em bh, Td oq já dei para uma **moradora**, roupas, alimento, utensílios ela vendeu. Continua na rua fumando crack [...]

^{IV} As transcrições do comentário preservam o seu formato original, inclusive mantendo eventuais problemas gramaticais.

Em alguns casos são introduzidas pequenas descrições narrativas para corroborar essa imagem de que as pessoas em situação de rua permanecem nessa condição por vontade própria e que vão usar as doações para alimentar o vício. Ao relatar experiências, os internautas se colocam numa posição de saber que os autoriza a defender seu ponto de vista:

- ✓ Meu vizinho ajudava um "irmão de Rua" Aí, este Morador começou a pedir para deixar entrar no pátio e tomar banho de mangueira. Um dia, ele entrou doido no pátio deu seis facadas no vizinho. Sorte que não morreu. O que ele ganhou com a empatia? Uma cicatriz no braço.

Quanto à organização argumentativa, as teses defendidas nos comentários vinculam-se basicamente aos domínios do ético e do pragmático. No domínio do ético, a tese central é de que as esmolas são condenáveis porque colaboram para que as pessoas permaneçam nas ruas. Subjacente a essa tese, há pelo menos duas inferências: a primeira de que há uma categoria de pessoas de bem, trabalhadoras, e outra de pessoas ociosas e, portanto, indignas, que estão na rua por acomodação e vontade própria.

- ✓ Sempre bom trabalhar né. mas tem pessoas que acham que merecem esmola, eu mereço o melhor da vida por isso trabalho todos os dias, pq Deus me deu saúde dois braços e suas pernas pra trabalhar e não viver do resto dos outros, cada um está onde se põe! Me julguem 😞
- ✓ [...] Oportunidade tá aí pra todo mundo, é só entregar currículo, ou fazer um bico, parado ninguém fica!! [...] Mas só dar dinheiro **VICIA NA MENDICÂNCIA**.

Defende-se, ainda, em relação à esmola, duas teses complementares: i. as doações de esmolas são responsáveis pela manutenção das pessoas nas ruas; ii. a doação de esmolas aumenta a violência. Essas teses desconsideram fatores de ordem pessoal que poderiam levar as pessoas às ruas, tais como a perda de vínculos familiares, problemas psicológicos e fatores de ordem estrutural, cuja responsabilidade é do Estado, tais como a desigualdade na distribuição de renda, o desemprego, a exploração imobiliária e o crescimento desordenado



dos centros urbanos. Silencia, ainda, sobre as graves privações a que essas pessoas estão sujeitas vivendo nas ruas, reproduzindo, por meio de generalização, os imaginários de que as pessoas em situação de rua são preguiçosas, violentas, usuárias de drogas e delinquentes.

Finalmente, os comentários defendem a tese de que as esmolas não resolvem o problema das pessoas em situação de rua. Simultaneamente, defendem iniciativas que poderiam se consolidar a longo prazo, quase sempre associadas a conceitos abstratos, tais como “dignidade” e “oportunidade”.

- ✓ Qual o problema de oferecer oportunidade ao invés de esmolas? Por isso que o país está desse jeito, é mais fácil pedir do que trabalhar 😊

Os comentários silenciam o impacto que as doações podem ter no sentido de minimizar necessidades urgentes e inadiáveis do indivíduo, dentre as quais, a mais evidente é saciar a fome.

Considerações finais

A aversão aos pobres pode assumir diferentes formatos, que vão da agressão física ou ofensas pessoais a atitudes institucionais de segregação, a partir de uma visão preconceituosa e higienista. Quase sempre essas atitudes se consolidam ou repercutem por meio do discurso. Nos dados que analisamos observamos uma amostra de iniciativas de prefeituras espalhadas pelo País contrárias a doações de dinheiro a pessoas em situação de rua, que contam com a adesão de grande parte da população. Tais iniciativas se pautam quase sempre nos argumentos de que as doações mantêm as pessoas nas ruas e de que é necessário que se deem oportunidades a elas, e não esmolas.

As manifestações em apoio a esse tipo de atitude, que se proliferam nas redes sociais, e das quais analisamos apenas uma pequena amostra, embora assumam algumas vezes um tom solidário, que considera as doações como algo prejudicial para todos – inclusive para a própria pessoa que vai recebê-las – escondem uma face cruel de um grupo de pessoas, não necessariamente majoritário, mas que ocupa posições privilegiadas de poder. Iniciativas desse tipo,

além de irem contra princípios cristãos, especialmente o da caridade, os quais a maioria dessas pessoas alega seguir, pautam-se numa lógica da privação dos direitos mais elementares do ser humano, dentre os quais o direito à alimentação. Como afirmou o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, “quem tem fome, tem pressa” e para quem está nas ruas as chamadas “oportunidades” podem chegar tarde demais. É lamentável constatar que essa postura parece confundir o combate à pobreza com o extermínio do pobre.

Além de materializar uma representação a respeito das pessoas em situação de rua, tais publicações, uma vez inseridas nas redes sociais, ganham visibilidade, podendo ser acessadas por um número ilimitado de pessoas, e permanência, mantendo-se disponível por tempo indeterminado. Sendo assim, seu potencial de influência sobre crenças e ações, dependendo da notoriedade da conta digital em que são publicadas, pode ser muito grande.

Nosso estudo, apesar de contemplar um conjunto limitado de dados, procurou trazer uma modesta contribuição no sentido de tentar enfatizar a importância dos estudos discursivos não só como instrumento para promoção de uma leitura mais crítica da nossa realidade e dos textos que nela circulam, mas também como fator capaz de impulsionar uma mudança social.

Referências

1. Charaudeau P. Linguagem e discurso : os modos de organização. São Paulo: Contexto; 2008.
2. Lancelotti J. Ajude não ajudando. Sua boa intenção pode estar contribuindo com a criminalidade [...] [internet], 05 mar 2022 [acesso em 13 out 2022]. 1 figura. Instagram: @padrejulio.lancellotti. Disponível em: <http://instagram.com/p/Cat2i1004R9>
3. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pnad contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [internet]. 2022 [acesso em 17 nov 2022]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>
4. Natalino M. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022). Brasília (DF): Ipea; 2022.

5. Rede Rua. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua [internet]. 2009c [acesso em 13 jul 2021]. Disponível em http://www.rederua.org.br/pub/polnac_inclsoc.pdf
6. Nielson JG, Wermuthz MAD. Os higienistas estão voltando: biopolítica, classes subalternizadas e ocupação do espaço urbano no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*. 2018; 2(10): 596-619.
7. Cortina A. Aporofobia: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia. Febre D, tradutor. São Paulo: Contracorrente; 2020.
8. Melo MSS. Da polêmica aos discursos de ódio: um estudo da recepção no twitter sob a perspectiva semiolinguística. *Revista de Estudos da Linguagem* 2020 [acesso em 15 out 2022]; 4(28):1959-1982. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/16694/pdf_1
9. Mello RFL. Economia da esmola e subdesenvolvimento sustentável: a Legião da Boa Vontade (1950-2001) [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; 2008.
10. Beltrami A. A esmola: o banco mais vantajoso e infalível. São Paulo: Matyria; 2017.
11. Bíblia. Nova Bíblia Pastoral. São Paulo: Paulus; 2014.
12. Pontifício Conselho de Justiça e Paz. Compêndio da doutrina social da igreja. São Paulo: Paulinas; 2005.
13. Bonatto FRO, Ribeiro DC, Salles JC, Stoppa LM, Freitas R. Dar e receber esmolas e processo de subjetivação. *Psicologia em Revista*. 2007; 2(13):339-62.
14. Charaudeau P. Os estereótipos, muito bem: os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*. 2017; 7(1): 571-591.
15. Piza MV. O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Sociais.
16. Recuero R. O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. *Contemporânea, comunicação e cultura*. 2012; 3(10): 597-617.